



Esta obra analisa a evolução histórica do conceito de bem jurídico penal, para, à luz desse estudo, proceder a uma imersão no funcionalismo sistêmico desenvolvido por Günther Jakobs, observando as consequências geradas por essa visão para a finalidade do direito penal e a sua adequação à teoria da exclusiva proteção de bens jurídicos como finalidade do direito penal. Ao contextualizar historicamente o bem jurídico, segue-se o estudo do funcionalismo penal como uma nova perspectiva do direito penal, estudando o que Jakobs entende como objeto de proteção do direito penal e inserindo a norma como centro protetivo legitimador da intervenção penal. São estudadas, também, quais as consequências advindas dessa posição, em especial o direito penal do inimigo.

CARLOS AUGUSTO MACHADO DE BRITO

Prefácio

Fabio Roberto D'Avila

Apresentação

Felipe Negreiros

BEM JURÍDICO E FUNCIONALISMO SISTÊMICO

IMERSÃO NA DOUTRINA DE GÜNTHER
JAKOBS E SUA CONCEPÇÃO DA NORMA
PENAL COMO OBJETO DE PROTEÇÃO DO
DIREITO PENAL

Área específica da obra
Direito Penal.

Áreas afins do livro
Criminologia; Filosofia; Processo Penal;
Sociologia

Palavras-chave
Bem; Jurídico; Penal; Funcionalismo; Jakobs

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 3492

B862b

Brito, Carlos Augusto Machado de

Bem jurídico e funcionalismo sistêmico: imersão na doutrina de Günther Jakobs e sua concepção da norma penal como objeto de proteção do Direito Penal / Carlos Augusto Machado de Brito. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

195 p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-879-0

ISBN digital 978-65-5518-876-9

1. Bem. 2. Jurídico. 3. Penal. 4. Funcionalismo. 5. Jakobs. I. Título.

CDD: 345

CDU: 343.2

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BRITO, Carlos Augusto Machado de. *Bem jurídico e funcionalismo sistêmico: imersão na doutrina de Günther Jakobs e sua concepção da norma penal como objeto de proteção do Direito Penal*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 195 p. ISBN 978-65-5518-879-0.

Carlos Augusto Machado de Brito

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia; Mestre em Direito e Desenvolvimento pelo Centro Universitário de João Pessoa; Especialista em Ciências Criminais pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais em parceria com o Centro Universitário de João Pessoa. Graduado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa; Aluno da Escola de Altos Estudos em Ciências Criminais.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Fabio Roberto D'Avila	13
APRESENTAÇÃO	
Felipe Negreiros	17
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
ENQUADRAMENTO DOGMÁTICO: A QUESTÃO DO BEM JURÍDICO E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA	27
1.1 Uma breve história sobre o bem jurídico.....	28
1.2 Iluminismo: nascimento de um sistema	28
1.3 Feuerbach: a ideia de crime como lesão de direito.....	31
1.4 A gênese do bem jurídico penal pelas ideias de Birnbaum.....	35
1.5 Binding e Liszt – positivismo na definição do bem jurídico.....	40
1.6 Finalismo e a inserção de um valor na teoria do bem jurídico	45
CAPÍTULO 2	
O BEM JURÍDICO PROPRIAMENTE DITO	51
2.1 O que vem a ser o bem jurídico.....	51
2.2 Funções do bem jurídico na dogmática penal.....	55
2.3 Constitucionalização do bem jurídico penal	61
2.4 Principiologia consequencial do direito penal protetor do bem jurídico	64
CAPÍTULO 3	
FUNCIONALISMO: O NOVO SEMPRE VEM.....	75
3.1 Funcionalismo: uma nova perspectiva do direito penal	76
3.2 O funcionalismo teleológico de Claus Roxin: direito penal funcional à proteção do bem jurídico.....	80
3.3 Críticas ao sistema teleológico de Roxin.....	96
CAPÍTULO 4	
JAKOBS E O SEU FUNCIONALISMO SISTÊMICO	105
4.1 Sucintos apontamentos biográficos sobre o autor	106
4.2 A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann e a visão sobre o direito e a norma jurídica – embasamento teórico	109
4.3 Vigência normativa – pedra de toque do sistema penal de Jakobs e a transmutação do bem jurídico penalmente protegido.....	117
4.4 Críticas ao funcionalismo sistêmico	134
CAPÍTULO 5	
INIMIGO, QUEM É VOCÊ? SOBRE O DIREITO PENAL DO INIMIGO E A PSEUDONOÇÃO DE EFICIÊNCIA EM DETRIMENTO DA NOÇÃO DE PROTEÇÃO DE BENS JURÍDICOS.....	143
5.1 O artigo nascedouro e o estopim de 11 de setembro de 2001.....	145
5.2 O que se entende por direito penal do inimigo (<i>Feindstrafrecht</i>) e direito penal do cidadão (<i>Bürgerstrafrecht</i>): a funcionalização do conceito de pessoa	150
5.3 Ele está entre nós: expressões legislativas do direito penal do inimigo no ordenamento nacional.....	159
5.4 Críticas ao direito penal do inimigo	164
5.5 A lição histórica das consequências do abandono do bem jurídico como objeto de proteção do direito penal: do nazismo ao direito penal do inimigo	170
5.6 Pensamentos reflexivos em prol da necessária observância ao bem jurídico como legitimador da eficiência penal	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS.....	189